

O DISCURSO RACISTA NAS REDES SOCIAIS E O APELO AO RETORNO DO TRATAMENTO DEPRECIATIVO DISFARÇADO DE HUMOR

DOI: <https://doi.org/10.24979/kyvrpa47>

Taisa da Silva Rocha - SEDUC/MT

<https://orcid.org/0000-0002-5142-3762>

Suellen Souza - SEDUC/MT

<https://orcid.org/0000-0002-5183-270X>

Resumo: O presente artigo pretende analisar as constantes solicitações, sobretudo nas redes sociais, pela volta de antigos hábitos de tratamento dirigidos às pessoas negras, como o uso de piadas e apelidos vinculados à cor da pele, assim como o uso de linguagem carregada de estereótipos. Portanto, buscará problematizar os motivos pelos quais esses hábitos de convivência e linguagem vêm sendo criticados e até abolidos por alguns veículos de comunicação, enquanto seu retorno têm sido tão incisivamente reclamado por alguns grupos saudosistas.

Palavras-chave: Discurso. Estigma. Racismo. Redes sociais.

Abstract: This article aims to analyze the constant requests, especially on social networks, for the return of old treatment habits aimed at black people, such as the use of jokes and nicknames linked to skin color and the use of language loaded with stereotypes. It will seek to problematize the reasons why these habits of coexistence and language have been criticized and even abolished by some media while their return has been so incisively claimed by some nostalgic groups.

Keywords: Discourse. Stigma. Racism. Social media.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o país assistiu à retomada do cenário político por grupos neoconservadores. Junto com o poder político observou-se também o crescimento de discursos saudosistas que defendem formas de tratamento questionáveis e que têm sido problematizados pelos movimentos identitários. Tratamentos estes, cristalizados na convivência social dos brasileiros, repletos de estigmas e preconceitos que pareciam estar superados ou ter sua superação em curso no Brasil.

As redes sociais têm sido um instrumento útil nessa defesa. Nesse espaço é comum conferir os apelos aos “velhos tempos”, – me refiro àqueles tempos em que o tratamento ofensivo, carregado de estigmas, e preconceitos era entendido, pelo menos pela maioria das pessoas, como piada. Trata-se de uma naturalização dos apelidos pejorativos e dos tratamentos que, sem dúvida, buscavam diferenciar, excluir, humilhar e, sobretudo, desumanizar pessoas negras, homoafetivas, gordas, com deficiência, entre outros grupos lidos como minoritários.

Nessa direção, pretendemos neste artigo abordar o discurso presente na solicitação de determinados grupos, que fortalecidos pela atual conjuntura política, buscam reaver o direito à

linguagem racista. Dado que a linguagem dispensada é capaz de determinar o lugar social dos sujeitos, a retomada de certos apodos pode, de certa maneira, resgatar a hierarquia social das raças, como nos elucida Austin (1990):

A linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não de representação da realidade. O significado de uma sentença não pode ser estabelecido através da análise de seus elementos constituintes, da contribuição do sentido da referência das partes ao todo da sentença, como quer a tradição inspirada em Frege, Russel e Moore, mas, ao contrário, as condições de uso das sentenças que determinam seu significado. (AUSTIN, 1990, p. 11).

Além de um movimento das redes sociais, existe uma parcela considerável da sociedade designando as mudanças de comportamento solicitadas pelo movimento negro organizado como limitantes da liberdade de expressão e, ainda mais, como constituinte de um obstáculo à convivência em sociedade. Segundo essa perspectiva, o politicamente correto dificulta a comunicação e a interação entre as pessoas.

Nos espaços de sociabilidade cotidianos: em um bar, numa resenha¹⁴ na casa dos amigos e, principalmente, nas redes sociais, as frases se repetem: “agora tudo é racismo”. No auge do debate alguém brada: “Por que eu não posso chamar preto de preto?”. De quem não podemos esperar, eis que surge: “Antigamente é que era bom, não tinha tanta frescura, mimimi”. Entre eles, os amigos de conversa, predomina o passadismo, uma ideia de que as coisas passadas eram melhores, uma aversão às mudanças, a saudade de uma trivialidade natural que não por acaso lhes favorecia.

Tal tratamento a ser recuperado é aquele que remonta, em forma de “humor”, todo ideário racista constituído sobretudo no século XIX, quando, através das ciências, a Europa tentou comprovar sua superioridade sobre os povos oriundos dos demais continentes durante o processo de exploração neocolonial. Teorias que afirmavam a inferioridade moral, estética e intelectual dos negros estão no bojo dessas piadas e apelidos que satirizam com a aparência e se utilizam de estereótipos construídos pelo racismo para reforçar a suposta deficiência moral de pessoas negras.

É possível observar também as “piadas” carregadas de objetificação sexual que insultam os corpos de homens e mulheres negras e têm evidente relação com o período escravista, em que corpos negros, tratados como propriedades, eram sujeitos a toda sorte de arroubos sexuais de seus senhores. Contudo, para preservar a moralidade, a pureza e a honestidade atribuídas à branquitude cria-se logo depois um discurso que transforma homens e mulheres negras e negros em seres hipersexualizados, dotados de luxúria e extravagância, responsáveis assim por todos os abusos sexuais sofridos. Os conteúdos das pseudo piadas são, por conseguinte, historicamente construídos pela consciência e experiência fundamentadas no racismo.

¹⁴Resenha – termo da linguagem coloquial que significa festa/encontro.

É de fundamental importância a compreensão do contexto que demanda o retorno de expressões de cunho racista. A luta de grupos até ontem excluídos tirou muitas pessoas de seus lugares de privilégio ou, ainda, os igualou mesmo que timidamente. Dentre os pequenos avanços na luta antirracista temos o acirramento dos debates sobre o direito à cidade, à voz nos espaços de poder e a própria ascensão social de pessoas pretas e pardas. Temos ainda a proibição pela forma de lei das etiquetas de falas, antes vistas como normais, que deixavam transparecer e naturalizavam o racismo existente na sociedade brasileira.

É notório que, nos últimos anos, grupos marginalizados conseguiram ser ouvidos em várias de suas pautas. O movimento negro organizado denuncia constantemente a diferença de tratamento em diversos espaços e, lentamente, vem explicitando o quanto velhos jargões discriminatórios são desagradáveis e antiquados. Nessa ostensiva luta, uma parcela da sociedade entendeu o recado, assim como parte da grande mídia também aderiu a ele, mesmo que cooptando-o e se utilizando do discurso para fins mercadológicos.

Tal fato tira algumas pessoas de um lugar muito confortável advindo do uso de termos depreciativos naturalizados, que nada mais são que indicadores de inferioridade para determinados grupos, principalmente para os negros. É como se antes houvesse um “topo”, um lugar seguro de onde, através dos jargões cotidianos, as pessoas reafirmam sua preeminência e diminuem a humanidade da pessoa negra e é esse o lugar que vem sendo solicitado. Conclui-se dessa reivindicação que não basta que o racismo exista institucionalmente, ele precisa ser expresso, reafirmado no dia a dia, durante as simples conversas e nas diversas esferas informais.

O racista precisa continuamente afirmar, de uma forma ou de outra, sua pretensa superioridade. O racismo científico do século XIX falhou em fornecer provas dessa superioridade. Pessoas negras seguem conseguindo espaços de destaque no mercado de trabalho, na publicidade e em lugares de fala, por mais que ainda esteja distante do ideal, já é possível observar o tamanho do incômodo sentido diante dessas conquistas. A comprovação desse incômodo pode ser constatada nos comentários em páginas da internet dirigidos às celebridades negras.

Para debater criticamente a respeito do tema, além desta introdução, a seção seguinte apresenta reflexões baseadas no referencial teórico selecionado concomitante à análise de exemplares contemporâneos das tensões raciais no Brasil. Em seguida, há algumas considerações finais acerca da discussão proposta.

SOBRE A NECESSIDADE DO DISCURSO DEPRECIATIVO PARA A MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO*

Ataques racistas são recorrentes quando uma pessoa preta alcança lugar de destaque nas redes sociais. Um exemplo disso foi em 2016, quando a jornalista Maria Júlia Coutinho (Majú) foi alvo de diversos ataques racistas, coordenados e não coordenados, após assumir o quadro da previsão

do tempo no Jornal Nacional, um jornal em horário nobre na emissora Globo. Tais ataques foram dirigidos também à cantora Ludmilla em 2020, em um momento próspero de sua carreira. Fatos assim revelam o quanto incomoda observar pessoas negras em posição de destaque e, por conseguinte, a necessidade quase que imediata de construir para elas um outro lugar de desafeição e menosprezo.

A criminalização do racismo, – ainda que diante da resistência de algumas autoridades policiais, supostamente protege essa população das investidas mais agressivas –, é também alvo de questionamento por quem deseja voltar aos “velhos e melhores tempos”. Afinal, o que se tornou crime é algo muito cristalizado nos modos e, para estes, essencial na convivência de uma sociedade racializada.

Entre retrocessos e avanços na luta antirracista, há uma margem para a demonstração da superioridade racial: o humor. O humor constitui excelente disfarce para a intenção racista, pois é muitas vezes confundido com a intenção de aproximar e flexibilizar as tensas relações raciais além de reforçar o Mito da Igualdade Racial, como podemos refletir com a obra de Adilson Moreira (2019).

Eles alegam que o incidente não deve ser classificado como racista porque o agente teve apenas a intenção de dizer algo engraçado ou produzir um efeito cômico, o que não revela hostilidade em relação a membros de minorias raciais. Alguns desses indivíduos ainda se defendem dizendo que seus atos não são racistas porque convivem com pessoas negras, o que elimina a hipótese de que a expressão usada possa ter intenção ofensiva. Também notamos a presença de um argumento particularmente curioso: não podemos afirmar que a expressão em questão tem um caráter discriminatório, porque essa hipótese contradiz a cordialidade que marca as relações raciais em nossa sociedade. (MOREIRA, 2019, p. 23).

Moreira (2019) também nos chama a atenção para a responsabilidade social que se cria no imaginário social brasileiro de que, aqueles que interpretam as críticas às piadas racistas e usos de termos chulos para com negros estão na verdade induzindo ao racismo, visto que nessa sociedade existiria uma harmonia entre as raças. Desse modo, ele nos explica o tão falado Mito da Democracia Racial, de que Roberto da Matta (1997) explica, e, nesse sentido, continua mostrando que a naturalização de um discurso racista é pertinente a esta sociedade.

Os que classificam os episódios analisados como racistas estariam inflando conflitos em um país no qual pessoas de diferentes raças convivem de forma harmônica. Para os que defendem a insignificância social do humor racista, o fato de as pessoas rirem dessas mensagens não significa que elas desprezam minorias raciais ou que agirão de maneira discriminatória em relação aos membros desses grupos em outros contextos. Os processos mentais que fazem as pessoas rirem só teriam significação naquele momento específico, não exercendo influência negativa em outras situações. (MOREIRA, 2019, p. 23).

O preconceito racial é o lugar em que muitas pessoas encontram os meios para sentirem-se especiais, é justamente por isso que ele existe nas diferentes classes e etnias – o colorismo é um reflexo disso. Ali, as pessoas pretas são colocadas em uma escala de humanidade de acordo com a maior ou menor quantidade de melanina em seus corpos. Pessoas de origem preta, mas com menos pigmentação na pele, escolhem sentirem-se superiores a pessoas retintas, sentimento implícito na estrutura racial brasileira e fator de compensação para indivíduos igualmente excluídos ao longo da história.

A reivindicação por formas de tratamento menos “calculadas” faz parecer que se fala de uma sociedade inocente, sem rancores, a sociedade racialmente democrática. Nessa perspectiva, uma piada, um apelido tornam tudo mais leve, menos formal, não é mesmo? Está na tradição, na formação da brasilidade esse tratamento íntimo, informal e até cordial, segundo Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil* (1936). A obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire (1933) também é um título de referência para a moldagem das relações culturais no Brasil. Nela, se busca um caráter harmônico e até afetuoso nas relações entre escravizados e senhores no Brasil colônia. Consequentemente, a sociedade brasileira assimilou formas de satirizar as relações de violência e opressão.

Consideramos que esse tratamento tão cristalizado nada mais é que uma forma de descontrair e aproximar. Estudos da Antropologia Social e da Sociologia (CARVALHO, 2001; SPIVAK, 1998; SCHWARTZMAN, 2004), entre outros, demonstram o contrário disso, uma vez que determinadas expressões e costumes vistos como inofensivos indicam na verdade a subalternidade cultural e social de determinados grupos, ainda que objetivamente a diferença não exista, ela estará marcada através de hábitos de exclusão.

É possível, contudo, questionar se em um discurso tão popularizado, difundido por pessoas pertencentes aos mais variados extratos sociais e grupos étnicos, haja o tão bem elaborado intuito de manutenção do racismo e do *status quo* do grupo dominante. De fato, não se trata em todos os casos de uma intencionalidade consciente, mas de uma atitude reacionária que busca reaver um modelo de sociedade que está ficando para trás e cujas mudanças não estão sendo facilmente aceitas por todos. Há de se pensar esse saudosismo e problematizá-lo.

[...] ao tratar das intenções dos atores num sistema social, atores que empregam uma variante cultural ao invés de outra em vários momentos de suas vidas, parece necessário enfatizar que a relação entre intenção, ato e consequência não é sempre a mesma. Pessoas diferentemente situadas numa sociedade podem fazer a mesma coisa, pensar em significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo, e acarretar consequências diferentes ao praticar atos similares. (MINTZ, 2002, p. 509).

Independentemente da intenção, existe um resultado para o discurso racista disfarçado de costume, piada, cultura, brincadeira ou qualquer outra coisa. As consequências são objetivas na auto percepção dos negros: podam sua autoestima e naturalizam a própria humilhação.

Contudo, na população branca, essa necessidade é latente, e pode ser percebida fora do Brasil também. O filme *Mississippi em Chamas* (1988), do diretor Alan Parker, tenta avaliar os comportamentos racistas no Mississippi também através desse viés. Em uma das cenas, o agente do FBI Rupert Anderson (Gene Hackman) relata que cresceu no Mississippi e que seu pai matara uma mula pertencente a um vizinho negro. Nesse relato, ele afirma que todos os vizinhos se ressentiram com o fato de um homem negro ter conseguido comprar a mula. Ao revelar ter matado o animal, o pai do agente completa: — “Se eu não for melhor que um negro, vou ser melhor que quem?”. Esse trecho dá pistas, mesmo que de forma ficcional, para a construção da autoestima de pessoas pobres, que está também intimamente vinculada ao ideal racista. Esta constatação corrobora a popularização de jargões racistas. É, de certa forma, confortável que alguém, muitas vezes excluído, possa em algum instante se impor pela cor da pele e ainda parecer engraçado, descolado, legal. Um exemplo claro são os casos de racismo em forma de ofensas, piadas e até agressões entre alunos na mesma escola, da mesma comunidade e pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Na década de 90, as piadas racistas transmitidas em TV aberta nos programas vespertinos de domingo eram repetidas às gargalhadas na escola na segunda-feira, enquanto crianças negras seguravam o choro, crianças brancas ou pretas de pele clara, muitas vezes vizinhos, dependentes das mesmas políticas assistenciais, utilizavam da piada para expor os colegas e ao mesmo tempo informar sua suposta supremacia. A humilhação racial na escola compromete o rendimento de alunos negros e é responsável, inclusive, pela evasão de muitos destes. Luana Tolentino (2020), mestra em Educação pela UFOP, menciona a pesquisa do IBGE a respeito do impacto da discriminação e da pobreza em relação à permanência da juventude negra nas escolas. Em 2019, mais de 10 milhões de jovens com idade entre 14 e 29 anos não concluíram o Ensino Médio. Desse total, 70% eram negros.

No trabalho, por mais que a função fosse a mesma e o salário igual, as piadinhas colocavam o homem negro e retinto em um degrau abaixo dos demais. Quando proferidas pelo patrão, conferiam a este um gostinho caduco de senhor de engenho, que, apesar de pagar salário, não deixa de medir com os trabalhadores sua branquitude.

Além de uma realidade econômica, a escravidão plantou por definitivo na sociedade brasileira a cultura do racismo, difundida com esmero desde os tempos de cativo e reforçada no pós-abolição.

Durante a escravidão negra, o lugar social do negro estava definido, ele era o último na hierarquia social e humana, as humilhações eram explícitas e não haviam motivos para ser diferente. Quando o negro conquista a liberdade deficiente ofertada pela abolição da escravatura, o Estado e a sociedade tomada por teorias racistas cada vez mais cristalizadas precisa, além dos mecanismos já existentes (a segregação espacial, exclusão econômica, educacional, profissional etc.) de outros que reforcem a diferença.

Na tentativa de “lavar a mancha negra”, o Estado em seu aparato institucional, lança mão das mais variadas formas de extermínio dessa população. Demonizando a religiosidade, criminalizando a cultura, restringindo o acesso à cidade, além do extermínio físico através das forças de segurança do Estado e da violência proporcionada associada à pobreza.

A construção de uma linguagem depreciativa se consolida como a forma de tratamento ou maneira adequada de relacionar-se com os negros e exerce o papel linguístico no extermínio moral e estético dessa população. Ela cria os estereótipos do negro malandro, preguiçoso e feio. Do negro que está em um patamar abaixo daquele necessário para o exercício da humanidade plena e que, portanto, não necessita ser tratado pelo nome, que tem de ser tratado todo o tempo em associação com a cor da pele, que é a característica que o diminui diante dos demais.

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, op. cit., p. 1 *apud* MUNANGA, 2005, p. 62).

Os sinalizadores do lugar do negro na sociedade racista são cada vez mais necessários diante do cenário que se anuncia. A abertura que a publicidade concedeu aos corpos negros, as políticas que auxiliaram que pessoas negras conseguissem obter formação superior, a luta que fez com que a estética negra fosse aceita e até exaltada em determinados espaços, tudo isso constitui perigo para a estrutura racista, fazendo que ela se fragilize em alguns de seus pilares. Os sinalizadores são, portanto, a reafirmação da suposta inferioridade do negro em nossa sociedade. Entretanto, não são os únicos sinalizadores, casos de humilhação policial e demonstrações abissais de racismo ocorrem com cada vez mais frequência após o levante conservador apontado no início deste artigo.

Somente de janeiro a abril de 2022 foram feitas 174 denúncias na Ouvidoria da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania Paulista, lembrando que episódios dessa natureza não costumam ser reportados às autoridades por já fazerem parte do cotidiano de pretos e pretas no Brasil, ou seja, serem comuns (GELEDÉS, 2022).

Números assim demonstram que existem pessoas desoladas com os pequenos avanços étnico-raciais que vivemos nos últimos tempos. Desolação que explode em desespero, ódio e, para os mais contidos, reinvidicações por uma flexibilização na linguagem que deixe o racismo passar.

É, portanto, a necessidade de tratar diferente por causa da cor sem correr o risco de virar manchete ou de ser preso. Nos casos de humilhação policial a polícia, representada pela força, as camadas ricas, médias e conservadoras da nossa sociedade ainda refletem o antigo desejo do Estado Brasileiro de “apagar a mancha negra”.

A piada, o apelido e o xingamento apresentam a vantagem de serem rápidos, fáceis e acessíveis a todos, inclusive para aqueles que não tem a “autoridade” para pisar no pescoço ou descarregar uma pistola em um espaço de predominância negra, mas são igualmente eficazes para extirpar as ambições do povo negro, lembrá-lo de sua diferença, cortar suas asas.

Olhei no espelho, Ícaro me encarou: ‘Cuidado, não voa tão perto do sol
Eles num guenta te ver livre, imagina te ver rei’ (EMICIDA, 2019).

Entendamos o racismo disfarçado de brincadeira ou tratamento informal como comportamento preconceituoso. O preconceito, por sua vez, é uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, tempo ou aprendizado. É um agente mediador das relações sociais e propagador de estigmas (MOURA, 2023)

É necessário, também, entender o preconceito como subproduto do mesmo racismo que incorre nos abismos econômicos, na segregação espacial e na própria violência que ceifa todos os dias vidas negras.

Nas palavras de hooks no ensaio “Living to Love” (1993), os estigmas implantados pelo racismo cotidiano reverberam nas relações sociais e afetivas comprometendo a capacidade de amar e receber amor, de compreender e sermos compreendidos gerando uma mácula emocional em pessoas negras.

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. (bell hooks, 1993, s. p.).

As piadas e xingamentos por si só não são capazes de sustentar a grande estrutura que é o racismo, mas são importantes pilares, indispensáveis para que essa estrutura se mantenha de pé e funcionam como lembretes do lugar social de pessoas negras. Portanto não podem ser vistos como inofensivos, merece atenção, aliás, se não merecesse não estaria sendo tão fortemente reivindicado por uma parcela da sociedade justamente neste momento em que muitos se sentem confortáveis e acolhidos em reafirmar seus preconceitos devido à ascensão de grupos reacionários.

Podem ser considerados reacionários e conservadores aqueles que desejam que as coisas permaneçam em suas velhas formas, aqueles que estivera por muito tempo confortáveis observando do alto de seus privilégios, os que se sentem ameaçados pelas mudanças, ainda que essas mudanças estejam, enfim, beneficiando grupos que estiveram historicamente excluídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos o presente artigo, consideramos que os objetivos foram alcançados, na medida em que conseguimos perscrutar as formas cotidianas e recreativas de racismo existentes na sociedade brasileira, que estão diretamente relacionadas com a solicitação de determinados grupos (em sua maioria brancos ou não retintos) a reivindicar o “direito” de permanecer com ofensas e piadas racistas, com a alegação de entretenimento e formas de tratamento.

O tratamento racista pode ser interpretado como comportamento simplista, ignorante, ingênuo. Como saudosismo de indivíduos que acreditam que a sociedade está em constante declínio, que as “coisas de antigamente” eram todas melhores. Porém, mesmos estes, não estão isentos da problematização desses costumes empreendidas pelo movimento negro organizado e por lugares mais sensatos de nossa sociedade, terão que, mais cedo ou mais tarde, repensar esses hábitos e refletir sobre o que queremos dizer quando advertimos sobre o racismo contido nessas falas, principalmente ao se analisar como esse discurso se reproduz, cresce e no que se transforma na prática.

As redes sociais, assim como a internet de modo geral, não podem ser compreendidas como uma “terra sem lei” e utilizadas como veículos de disseminação de discursos racistas, de maneira evidente ou de maneira supostamente humorística. O sistema de dominação que hooks (1993) denuncia se materializa de formas diversas, atualmente, como evidencia Moreira (2019), especialmente por meio do que denomina como racismo recreativo. Desse modo, é necessário atenção às especificidades e adaptações que ocorrem com as mudanças sociais.

É importante, portanto, dar continuidade incessante ao exercício pedagógico sobre a importância da extinção de tais tratamentos, rebatendo seu caráter folclórico, humorístico, inocente e pacífico. Fazer isto, é sem dúvida, trabalhar no campo da educação antirracista a partir do uso da linguagem e do discurso. Lembrar de forma incisiva que existe uma parcela da sociedade que já teve sua autoestima atacada por demais e que essas práticas nos distanciam cada vez mais da sociedade justa e igual que tanto almejamos.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação, 1990.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *In.: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 1990.

EMICIDA. **Ismália**. Rio de Janeiro: Laboratório Fantasma: 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL_N6VL1gm0aLLr0HQ6yl2lRXdSfuxMt-s. Acesso em: 18 ago. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.

GELEDES, Portal. **Denúncias de racismo de janeiro a abril de 2022 em SP superam casos registrados em todo o ano de 2021**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/denuncias-de-racismo-de-janeiro-a-abril-de-2022-em-sp-superam-casos-registrados-em-todo-o-ano-de-2021/>. Acesso em: 5 maio 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: living to Love**, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MINTZ, Sidney W. and Christine M. Du Bois, "The Anthropology of Food and Eating". *In Annual Review of Anthropology*. 2002, 31: 99-119.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MOURA, Nalva. **Você sabe a diferença entre racismo, preconceito e injúria racial?** 2023. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/voce-sabe-a-diferenca-entre-racismo-preconceito-e-injuria-racial/>. Acesso em: 5 maio 2023.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.

RUIZ, M. Teresa. **Racismo algo más que discriminación**. San José, Costa Rica: Colección Análisis, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora. 2004.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? *In.*: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed.). **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: Chicago Press, 1988. p. 271-313.

TOLENTINO, LUANA. **Racismo impede que crianças e jovens negros concluam os estudos**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaoracismo-impede-que-criancas-e-jovens-negros-concluam-os-estudos/>. Acesso em: 5 maio 2023.